

## **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2010**

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 79.240.966/0001-56, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARIO CESAR SILVA, CPF n. 223.964.469-91;

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 80.673.387/0001-86, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). NAURO JOSE VELHO, CPF n. 312.645.069-53;

SINDICATO DOS TECNICOS AGRICOLAS DE NIVEL MEDIO DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 80.460.785/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO TIAGO DA SILVA, CPF n. 481.079.309-59;

SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE 2º GRAU DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 80.673.122/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE CARLOS COUTINHO, CPF n. 376.929.769-53;

E

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 83.052.191/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ ADEMIR HESSMANN, CPF n. 352.288.499-04;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2010 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá a(s) categoria(s) dos Administradores, dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia,

Pesquisa e Informações, Profissional Liberal, do Plano da CNPL, Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas, com abrangência territorial em SC.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - REPOSIÇÃO SALARIAL**

A Empresa reajustará os salários de todos os empregados pertencentes às categorias abrangidas pelo presente acordo em **5,83%** (cinco vírgula oitenta e três cento), a partir de 1º de julho de 2009, sem retroatividade ao mês de maio/2009, incidindo sobre a folha de pagamento do mês de abril de 2009.

##### **Parágrafo Primeiro**

Os empregados cujo reajuste não atingir R\$ 110,00 (cento e dez reais) terão esta diferença complementada por meio de "Diferença Vantagem Pessoal".

##### **Parágrafo Segundo**

O valor da "diferença vantagem pessoal" será obtido da seguinte forma: R\$ 110,00 deduzidos do resultado que obtiver pela aplicação do índice 5,83% sobre o somatório das rubricas salário base, diferença PCS e vantagem Pessoal, tendo como referência o salário de abril/2009.

##### **Parágrafo Terceiro**

A reposição salarial prevista no *caput* incidirá, inclusive, sobre a vantagem pessoal concedida no Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA QUARTA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO**

A Empresa, desde que o empregado requeira até 15 (quinze) dias antes, pagará a título de adiantamento, 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, quando do gozo de férias do mesmo.

##### **Parágrafo Único**

Quando o empregado for escalado para gozar suas férias no mês de janeiro e tiver solicitado antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, este deverá ser pago juntamente com o salário das férias.

##### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO**

O empregado que laborar entre 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e 5:00 (cinco) horas do dia seguinte, a Empresa pagará, a título de adicional noturno, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo sobre a hora normal.

## **Adicional de Insalubridade**

### **CLÁUSULA SEXTA - INSALUBRIDADE**

A Empresa pagará, a partir de 1º de maio de 2009, aos empregados pertencentes às categorias profissionais dos médicos veterinários, engenheiros, químicos e zootecnistas, os percentuais do adicional de insalubridade sobre o valor de 6 (seis) salários mínimos vigentes e aos demais empregados abrangidos pelo presente acordo, os percentuais do adicional de insalubridade será sobre o valor de 1 (um) salário mínimo vigente, desde que a insalubridade seja confirmada por meio do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

### **Auxílio Alimentação**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

A Empresa garantirá o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para seus empregados, por meio do fornecimento mensal de 22 (vinte e dois) vales alimentação, no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais).

#### **Parágrafo Primeiro**

Ao crédito do Vale Alimentação referente aos meses outubro e novembro de 2009 será acrescido o valor de R\$ 216,67 (duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). Este acréscimo não se estenderá como base para futuras negociações.

#### **Parágrafo Segundo**

A empresa descontará do empregado o vale alimentação, nos seguintes casos:

- . licença sem remuneração;
- . licença médica após 120 dias;
- . licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;
- . cumprimento de suspensão disciplinar;
- . faltas injustificadas;
- . prisão preventiva.

### **Auxílio Saúde**

### **CLÁUSULA OITAVA - PLANO DE AUXÍLIO SAÚDE**

A empresa manterá sua contribuição para o Plano de Saúde em 3,0%, incorporando esta redação nas Normas de Recursos Humanos.

### **Auxílio Morte/Funeral**

### **CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO FUNERAL**

Em caso de falecimento do empregado, a Empresa cobrirá as despesas de funeral, devidamente comprovadas por meio de documento hábil, no valor limite de 10 (dez) vezes o menor salário pago pela Empresa.

## **Auxílio Creche**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADEQUAÇÃO NO AUXÍLIO CRECHE/BABÁ**

A Empresa efetuará imediatamente a modificação na redação do auxílio creche/babá, que consta nas Normas de Recursos Humanos, permitindo adequação para que o empregado possa optar pela creche ou babá, ou mesmo pelas duas, mantendo o limite de pagamento que corresponde até 1 (um) salário mínimo.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Plano de Cargos e Salários**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS – PCS**

A Epagri manterá a Comissão Paritária Permanente entre Empresa e Sindicatos para revisão, atualização e implementação de seu Plano de Cargos e Salários na vigência deste Acordo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUADRO DE PESSOAL**

A Epagri na vigência deste acordo definirá seu quadro de pessoal e o ampliará conforme Prorrogação do Concurso público 001/2006, eliminando assim os serviços terceirizados, excetuando-se os serviços de vigilância e limpeza.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A empresa contratará, na vigência deste acordo, 2 (duas) assistentes sociais aprovadas através do Concurso público 001/2006, visando atender a todas as regiões do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

A empresa contratará, na vigência deste acordo, 2 (dois) Técnicos de Segurança do Trabalho aprovados através do Concurso público 001/2006, para atender as regiões do Estado.

### **Normas Disciplinares**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS (CRH)**

A empresa assume compromisso institucional mediante consulta e participação dos Membros dos Sindicatos na elaboração de normas e procedimentos relacionados à política de gestão de recursos humanos.

### **Transferência setor/empresa**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE DA CASACARESC**

A Epagri, na condição de empresa instituidora do Plano de saúde administrado pela Caixa Assistencial e Beneficente dos Funcionários da ACARESC – CASACARESC deverá indicar pessoa de seu quadro funcional, com perfil profissional adequado, para o exercício do cargo de gestor desta entidade, com dedicação exclusiva.

### **Assédio Moral**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSÉDIO MORAL E COIBIÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS**

A Empresa se compromete a desenvolver campanhas de conscientização e orientação destinadas aos empregados sobre temas como assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia, com o objetivo de prevenir a ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral.

### **Igualdade de Oportunidades**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SERVIÇO DE TRANSPORTE**

A empresa realizará, na vigência deste acordo, um estudo visando padronizar o acesso a serviço de transporte coletivo aos seus empregados.

### **Participação dos Trabalhadores na Gestão das Empresas**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO AOS EMPREGADOS ELEITOS**

O empregado eleito para exercer cargos nas empresas terá garantido o emprego, a partir de sua inscrição até 1 (um) ano após o término do mandato, passando esta cláusula a fazer parte do Regimento Interno.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS EMPRESAS**

A Empresa estudará, na vigência deste acordo, proposta de acesso aos cargos de Gerencia e Chefia.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MEMBRO NA DIRETORIA E NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA**

É garantida nos termos do inciso II, do artigo 14, da Constituição Estadual e da Lei Estadual nº 1178, de 21 de dezembro de 1994, a participação de empregado na Diretoria e no Conselho de Administração da Empresa.

### **Estabilidade Geral**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO**

Fica assegurada ao empregado integrante das categorias profissionais representadas pelos sindicatos a garantia de emprego pelo período de 14(quatorze) meses, contados a partir de 13 de março de 2010, salvo a demissão por justa causa, a ser apurada em sindicância administrativa com a participação de representante do sindicato da respectiva categoria.

### **Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

## **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO**

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantido, após o término do auxílio acidentário, independente de percepção de auxílio acidente, nos termos do Artigo 118 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, a manutenção do seu contrato de trabalho na Empresa, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais para todos os empregados na Empresa.

#### **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REMUNERAÇÃO DA HORA EXTRAORDINÁRIA**

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal nos dias úteis, e com 100% (cem por cento) nos sábados, domingos e feriados, respeitada as exceções contidas nos Arts. 59 e 61 da CLT.

#### **Compensação de Jornada**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

As horas trabalhadas além da jornada contratual, devidamente autorizadas pela Chefia, serão compensadas com o gozo de descanso na proporção de 1h:00min (uma hora) trabalhada para 1h:20min (uma hora e 20 vinte minutos) de descanso, devendo o empregado requerer o gozo da folga, por conta da compensação de horas trabalhadas além da jornada contratual, ao superior imediato, não podendo a Empresa negá-lo, sob pena de pagamento de horário elástico nos percentuais estabelecidos na vigésima sétima.

#### **Parágrafo Primeiro**

A compensação de horas expressas no caput da cláusula supra deverá se dar, no máximo até 60 (sessenta) dias após a realização do elástico do horário, devendo a Empresa, caso o empregado não a solicite, determinar que o mesmo usufrua das folgas.

#### **Parágrafo Segundo**

Não havendo possibilidade de compensação no prazo de 60 (sessenta) dias após a realização das horas trabalhadas além da jornada contratual, mediante exposição de motivos da chefia imediata deste, deverá a Empresa pagá-las nos percentuais da vigésima sétima deste instrumento.

#### **Parágrafo Terceiro**

A Empresa e o trabalhador poderão acordar mediante documento escrito para que o gozo da folga se dê até o mês de fevereiro do ano subsequente da realização das horas trabalhadas além da jornada contratual.

#### **Parágrafo Quarto**

A empresa poderá estabelecer escala de revezamento, em regime de compensação de horas aos empregados que estiverem executando suas funções em atividades que requeiram trabalho ininterrupto.

#### **Férias e Licenças**

##### **Licença não Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO**

A Empresa concederá licença sem remuneração, desde que solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por período de até 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 ano, para o empregado que tenha no mínimo 2 (dois) anos de serviço na Empresa, mediante requerimento aprovado pela Direção.

##### **Licença Maternidade**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO**

Fica assegurada a concessão de licença maternidade para a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, nos termos da Lei N° 10.421, de 15 de abril de 2002 e alterações supervenientes.

##### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Fica assegurada a concessão de férias proporcionais ao empregado, com menos de 1 (um) ano de emprego, que venha a pedir demissão.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA ESPECIAL**

Após cada 5 (cinco) anos de serviços efetivamente trabalhados na administração indireta do Estado de Santa Catarina, o empregado fará jus à Licença Especial de 30 (trinta) dias, não prescrevendo o seu gozo, e não podendo ser transformada em pecúnia, salvo nos casos de rescisão contratual sem justa causa, na aposentadoria por invalidez e falecimento.

##### **Parágrafo Primeiro**

A Empresa deverá atender o pedido do empregado para o gozo de Licença Especial, desde que a mesma seja solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

##### **Parágrafo Segundo**

A contagem do tempo de serviço para aquisição do direito à Licença Especial será feita pelo somatório do tempo dos contratos de trabalho firmados na administração indireta de Santa Catarina,

descontados os períodos já gozados.

#### **Parágrafo Terceiro**

Não será considerado como período de trabalho: o tempo em que o empregado permanecer em licença sem remuneração; o tempo que o empregado permanecer afastado por mais de 6 (seis) meses em licença pelo INSS no período aquisitivo anual.

#### **Parágrafo Quarto**

O empregado em gozo de Licença Especial fará jus a todos os direitos e vantagens do seu cargo, como se em exercício estivesse.

#### **Parágrafo Quinto**

O gozo da Licença Especial poderá ser parcelado, no máximo, em 3 (três) períodos de 10 (dez) dias.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Além daquelas previstas em Lei, serão abonadas as faltas ocorridas, por 5 (cinco) dias consecutivos, imediatamente seguintes ao falecimento do cônjuge, companheiro(a), filhos(as), pais, irmão(a) ou de pessoa que viva sob a dependência econômica do empregado.

#### **Parágrafo Único**

Serão abonadas também as faltas do empregado para acompanhamento de filhos e dependentes que necessitam de tratamento médico ou consulta médica com limite de 10 (dez) dias por ano, desde que comprovado mediante atestado ou declaração médica.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE**

A Empresa abonará as faltas do estudante, mediante comprovação, para prestar provas e exames vestibulares, sempre que houver coincidência com o horário de trabalho.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Campanhas Educativas sobre Saúde**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PROGRAMA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ALCOOLISMO, OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS**

No período de vigência deste Acordo, a empresa implementará Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas para seus empregados, alocando recursos orçamentários para tal fim, com a participação dos sindicatos que subscrevem este Acordo.

#### **Parágrafo Único**

A Empresa, por meio da Diretoria de Gestão Institucional e Diretoria de Administração e Finanças desenvolverá campanhas de conscientização e esclarecimentos sobre os efeitos nocivos do tabagismo.

#### **Relações Sindicais**



## **Representante Sindical**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Será liberado, no âmbito da EPAGRI e CIDASC, com remuneração e demais vantagens contratuais, para atuarem como Dirigentes Sindicais obedecida a seguinte distribuição: SINDASPI, 04 (quatro) empregados em tempo integral; SINTEC-SC, 01 (um) empregado em tempo integral; SINTAGRI, 01 (um) empregado em tempo integral e 01 (um) empregado 02 (dois) dias por semana; SAESC, 01 (um) empregado 01 (um) dia por semana. Equivalente a 6,8 (seis virgula oito) Dirigentes Sindicais indicados pelos Sindicatos integrantes deste acordo.

### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LIVRE FREQUÊNCIA DE DIRIGENTES**

Fica assegurada a livre frequência dos dirigentes sindicais para participarem nas realizações de assembleias e reuniões sindicais, devidamente convocadas pelo sindicato da categoria, até 6 (seis) dias por ano, desde que a Empresa seja comunicada por escrito e com antecedência, mínima, de 5 (cinco) dias úteis.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LIVRE FREQUÊNCIA EM ASSEMBLÉIAS**

Fica assegurada a livre frequência dos trabalhadores das categorias aqui representadas, sem prejuízo da remuneração, para participarem das assembleias, devidamente convocadas, desde que a Empresa seja comunicada por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

### **Acesso a Informações da Empresa**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO EM FOLHA**

A Empresa fica obrigada a informar aos Sindicatos os descontos efetivados a favor destes, em folha de pagamento, relacionando os empregados e o total das verbas recolhidas de cada empregado, até 5 (cinco) dias após o efetivo desconto.

### **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

A Empresa descontará de todos os empregados representados pelos Sindicatos integrantes do presente Acordo, no mês subsequente à sua assinatura, a importância correspondente a 3 (três) dias da remuneração mensal do empregado, repassando os valores descontados ao respectivo Sindicato até 5 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto, a título de contribuição assistencial para custeio da campanha salarial, respeitado o direito de oposição do profissional nos termos do Memo Circular SRT/MTE nº 04 de 20 de janeiro de 2006.

### **Disposições Gerais**

## **Aplicação do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho será aprovado por Resolução do Conselho de Política Financeira – CPF, homologado pelo Governador do Estado e publicada no Diário Oficial do Estado, na forma do que estabelece o Parágrafo Primeiro, do Artigo 40, da Lei Complementar Nº 381, de 07 de maio de 2007.

#### **Parágrafo Primeiro**

Após análise, a homologação e publicação da Resolução aprobatória do presente instrumento deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva entrega no protocolo geral do Conselho de Política Financeira – CPF.

#### **Parágrafo Segundo**

Após a publicação da Resolução aprobatória no Diário Oficial do Estado, este instrumento será levado ao registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MORA E PENALIDADES**

Fica estabelecido que no caso de mora salarial, será aplicado o previsto na Legislação que rege a matéria.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – ARQUIVAMENTO DO DISSÍDIO**

Os sindicatos neste Acordo requererão no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após o registro deste Acordo no MTE - a desistência do dissídio coletivo ajuizado no TRT, referente data base maio/2009.

#### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – RENEGOCIAÇÃO DO ACORDO**

As partes acordam que no mês de novembro serão retomadas as negociações referentes ao presente acordo, com vistas a reavaliar as disposições relativas ao vale alimentação e avaliação de desempenho.

Florianópolis, 14 de julho de 2009

MARIO CESAR SILVA  
Diretor

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NAURO JOSE VELHO  
Membro de Diretoria Colegiada  
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SANTA CATARINA

ANTONIO TIAGO DA SILVA  
Presidente  
SINDICATO DOS TECNICOS AGRICOLAS DE NIVEL MEDIO DE SANTA CATARINA

JOSE CARLOS COUTINHO  
Presidente  
SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE 2º GRAU DE SANTA CATARINA

ANTONIO CERON  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

LUIZ ADEMIR HESSMANN  
Presidente  
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA